

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Texto 7A1AAA

1 O tema relativo à economia informal ganhou destaque expressivo na mídia e na literatura especializada a partir do final do século passado. Essa denominação pode envolver

4 fenômenos muito distintos, tais como sonegação fiscal, terceirização, atividades de microempresas, comércio de rua ou ambulante, contratação ilegal de trabalhadores assalariados

7 nativos ou migrantes, trabalho temporário e trabalho em domicílio, entre outros.

10 A economia informal apresenta um denominador comum no imaginário das pessoas: envolve atividades, trabalhos e rendas que desconsideram as regras expressas em leis ou em procedimentos usuais. As recorrentes menções a esse tema refletem as dificuldades que as organizações, os

13 indivíduos e o coletivo social vêm enfrentando para superar, com as regras legais vigentes ou com os procedimentos-padrão, as mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais em

16 andamento.

19 Se, por um lado, as diferentes situações criadas pela economia informal respondem a demandas legítimas e encaminham possíveis soluções no âmbito da nova ordem econômica e social, por outro, constituem focos de tensões e de

22 desigualdades sociais.

Maria Cristina Cacciamali. **Globalização e processo de informalidade.** In: **Economia e Sociedade.** Campinas, (14):153-74, jun./2000 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto 7A1AAA, julgue os itens que se seguem.

- 51 A correção e a coerência do texto seriam mantidas caso a forma verbal “vêm enfrentando” (ℓ.14) fosse substituída por **têm enfrentado**.
- 52 O emprego de sinal indicativo de crase em “a demandas legítimas” (ℓ.19) — **à demandas legítimas** — não prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 53 O vocábulo “legítimas” (ℓ.19) poderia ser substituído por **genuínas**, mantendo-se a correção e os sentidos do texto.
- 54 A coerência do texto seria prejudicada caso o vocábulo “expressas” (ℓ.11) fosse substituído por **expressadas**.
- 55 A sociedade, de maneira geral, associa economia informal a inobservância dos dispositivos legais.
- 56 No Brasil, os primeiros registros de casos de economia informal datam do final do século XX, época em que essa modalidade de economia passou a ganhar destaque na mídia e na literatura especializada.
- 57 No texto, a autora esclarece que a economia informal responde a demandas legítimas porque, dada a desigualdade social existente no Brasil, há um enorme contingente de pessoas desempregadas.
- 58 A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso se substituisse a palavra “economia” (ℓ.1) por **trabalho**.
- 59 A substituição da forma verbal “pode envolver” (ℓ.3) por **envolve** alteraria os sentidos do texto.
- 60 Haveria prejuízo gramatical para o texto caso a palavra “procedimentos-padrão” (ℓ.15) fosse alterada para **procedimentos-padrões**.

Texto 7A1BBB

1 A classificação indicativa dos programas da televisão aberta brasileira reflete a defesa da Constituição Federal de 1988 contra os conteúdos televisivos considerados nocivos às

4 crianças. Ela é um serviço prestado pelo Ministério da Justiça, que informa se o conteúdo dos programas televisivos é adequado ou não para o público infantojuvenil, utilizando

7 como base a presença de cenas de sexo e violência. Esse mecanismo classifica os programas de acordo com faixas etárias e horárias.

10 O Brasil já teve cinco portarias para regulamentar a matéria sobre a classificação indicativa. Considerando os dispositivos constitucionais relacionados à comunicação social e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Ministério da

13 Justiça lançou a primeira dessas portarias, a Portaria n.º 773, em 19 de outubro de 1990. Na época, a constitucionalidade

16 desse documento foi questionada.

Vanessa Flores Oliveira e Elton Somensi de Oliveira. **Classificação indicativa dos programas da TV aberta brasileira: a liberdade de expressão e seus limites em casos de proteção da criança e do adolescente.** In: **Revista Direito & Justiça.** v. 38, n. 1, p. 30-46, jan.-jun./2012 (com adaptações).

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto 7A1BBB, julgue os seguintes itens.

- 61 O texto é essencialmente informativo e trata da classificação indicativa de programas televisivos no Brasil.
- 62 A correção e os sentidos do texto seriam preservados caso o trecho “contra os” (ℓ.3) fosse substituído por **aos**.
- 63 A supressão do sinal indicativo de crase em “às crianças” (ℓ. 3 e 4) comprometeria a correção gramatical do texto.
- 64 No texto, a expressão “de acordo com” (ℓ.8) tem o mesmo sentido da palavra **consoante**, de modo que a substituição daquela por esta não acarretaria incorreção gramatical ao texto.
- 65 Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto, o trecho “O Brasil já teve cinco portarias para regulamentar a matéria sobre a classificação indicativa” (ℓ. 10 e 11) poderia ser assim reescrito: No Brasil, já houve cinco portarias para a regulamentação da matéria sobre a classificação indicativa.
- 66 Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados caso a locução verbal “foi questionada” (ℓ.16) fosse substituída por **havia sido questionada**.
- 67 Conforme o texto, a presença de cenas de sexo e violência é determinante na avaliação da adequação de um programa televisivo para o público infantojuvenil.
- 68 De acordo com o texto, a responsabilidade sobre a classificação indicativa dos programas televisivos é do Ministério da Justiça, mas cabe aos canais de televisão informar a população a esse respeito.
- 69 Infere-se do texto que a Portaria n.º 773/1990 determina a classificação indicativa dos programas televisivos de acordo com faixas etárias e horárias.

Texto 7A3AAA

1 Botelho conhecia as faltas de Estela como as palmas
das próprias mãos. O Miranda mesmo, que o via em conta de
amigo fiel, muitas e muitas vezes lhas confiara em ocasiões
4 desesperadas de desabafo, declarando francamente o quanto no
íntimo a desprezava e a razão por que não a punha na rua aos
pontapés. E o Botelho dava-lhe toda a razão: entendia também
7 que os sérios interesses comerciais estavam acima de tudo.

— Uma mulher naquelas condições, dizia ele
convicto, representa nada menos que o capital, e um capital em
10 caso nenhum a gente despreza! Agora, você o que devia era
nunca chegar-se para ela...

— Ora! Explicava o marido. Eu me sirvo dela como
13 quem se serve de uma escarradeira!

O parasita, feliz por ver quanto o amigo aviltava a
mulher, concordava em tudo plenamente, dando-lhe um
16 carinhoso abraço de admiração. Mas por outro lado, quando
ouvia Estela falar do marido, com infinito desdém e até com
asco, ainda mais resplandecia de contente.

Aluísio Azevedo. **O cortiço**. Internet: <www.dominiopublico.gov.br> (com adaptações).

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto
7A3AAA, julgue os itens a seguir.

70 O vocábulo “faltas”(l.1) foi empregado, no texto, como
sinônimo de **ausências**.

71 Infere-se do texto que a amizade que Botelho nutria por
Miranda era menos sincera do que este imaginava.

72 A forma pronominal “lhas” (l.3) retoma “faltas” (l.1) e
“Botelho” (l.1), de modo que se conclui do texto que o
Miranda havia confiado as faltas de Estela a Botelho.

73 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam
mantidos caso fossem retiradas as vírgulas que isolam o trecho
“dizia ele convicto” (l. 8 e 9).

74 Seriam preservados os sentidos originais, bem como a correção
gramatical do texto, caso a expressão “em tudo” (l.15) fosse
substituída por **com tudo**.

75 Na linha 6, o emprego do pretérito imperfeito nas formas
verbais “dava” e “entendia” tem efeitos distintos: no primeiro
caso denota iteratividade e, no segundo, duração.

Texto 7A3BBB

1 O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF1)
determinou a imediata paralisação das atividades de mineração
do empreendimento Onça Puma, subsidiária da Vale S.A., até
4 que seja comprovada a implantação do plano de gestão
econômica e ambiental e das demais medidas compensatórias
em favor das comunidades indígenas afetadas.

7 Os representantes das comunidades Xikrins e Kayapós
defenderam a paralisação imediata das atividades de mineração
do empreendimento Onça Puma sob o fundamento de que a
10 exploração de minério em áreas próximas às terras indígenas
localizadas na sub-bacia do rio Catete e do igarapé Carapanã
está trazendo impactos negativos aos índios da região.
13 Sustentaram os índios que a responsabilidade do TRF1 no
julgamento da questão é muito importante.

A Vale S.A. e o estado do Pará, por intermédio de
16 seus representantes, buscaram a rejeição dos argumentos das
comunidades indígenas, a fim de permitir a continuidade das
atividades. A defesa da empresa se ateve a questões
19 processuais, enquanto o procurador do estado do Pará afirmou
que a paralisação das atividades ocasionará prejuízos
irreversíveis ao estado, tais como aumento do índice de
22 desemprego e queda na arrecadação de impostos.

Internet: <portal.trf1.jus.br> (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, a respeito das ideias e dos aspectos
linguísticos do texto 7A3BBB.

76 No contexto em que foi empregada, a forma verbal “buscaram”
(l.16) poderia ter sido flexionada no singular, **buscou**, sem que
houvesse prejuízo para a correção gramatical do texto.

77 Seriam preservados o sentido e a correção gramatical do texto
caso se empregasse o sinal de crase no trecho “se ateve a
questões processuais” (l. 18 e 19).

78 O vocábulo “até” (l.3), no contexto em que foi empregado, é
sinônimo de **inclusive**.

79 A Vale S.A. e o estado do Pará creem que a paralisação do
empreendimento Onça Puma contribuirá para o aumento do
desemprego e para a redução na arrecadação de impostos.

80 A supressão das vírgulas que isolam o trecho “por intermédio
dos seus representantes” (l. 15 e 16) manteria a correção
gramatical do texto.

Texto 7A3CCC

1 O Conselho de Direitos Humanos (CDH) da
Organização das Nações Unidas (ONU) encerrou sua 36.^a
sessão em Genebra, na qual adotou trinta e três resoluções,
4 sendo vinte delas por consenso.

As resoluções abordam vários temas e situações de
direitos humanos no Iêmen, no Burundi, em Mianmar, na Síria,
7 na República Democrática do Congo, na República
Centro-Africana, no Sudão, na Somália e no Camboja.

No último dia de trabalho do CDH para a sessão, o
10 órgão adotou uma resolução prorrogando o mandato da missão
internacional independente de investigação sobre Mianmar.
Também foi aprovado um texto sobre a cooperação com a
13 ONU, seus representantes e mecanismos no campo dos direitos
humanos.

O CDH solicitou ao Alto Comissariado das Nações
16 Unidas para os Direitos Humanos que estabelecesse — até o
final de 2017 — um grupo de peritos internacionais e
regionais, por um período de pelo menos um ano, a fim de
19 monitorar e relatar a situação dos direitos humanos no Iêmen
e de realizar uma investigação abrangente de todas as
alegações de violações e abusos de direitos humanos.

Internet: <nacoesunidas.org/> (com adaptações).

A respeito dos aspectos linguísticos do texto 7A3CCC, julgue os
itens a seguir.

- 81 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso o trecho “O CDH solicitou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que estabelecesse — até o final de 2017 — um grupo de peritos internacionais e regionais, por um período de pelo menos um ano” (l. 15 a 18,) fosse reescrito da seguinte forma: O CDH solicitou do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos o estabelecimento de um número de peritos internacionais e regionais, por um período de pelo menos um ano até o final de 2017.
- 82 A substituição da expressão “a fim” (l.18) pelo vocábulo **afim** não prejudicaria a correção gramatical e o sentido original do texto.
- 83 Nas expressões em que são empregados, os vocábulos “Humanos” (l.1), “Unidas” (l.2) e “internacional” (l.11) desempenham a mesma função sintática.
- 84 Não haveria prejuízo gramatical para o texto se, em seu último parágrafo, os travessões fossem substituídos por vírgulas.
- 85 A expressão “o órgão” (l. 9 e 10,) retoma “CDH” (l.9) e exerce função de sujeito da oração em que está inserida.

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR), julgue os itens seguintes.

- 86 O memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão.
- 87 De acordo com o MRPR, não existe um padrão oficial de linguagem.
- 88 O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas a um juiz de direito é Senhor, seguido do cargo: Senhor Juiz.

A respeito do tratamento constitucional dispensado à administração pública e aos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 89 A avaliação especial de desempenho, obrigatória para que servidor adquira a estabilidade, será realizada pelo superior direto do servidor: não há a necessidade de se instituir comissão específica para esse fim.
- 90 A Constituição Federal prevê a possibilidade de contratação de servidor por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.
- 91 Servidor público que, embora exerça atribuições semelhantes às de outro servidor, receba subsídio inferior poderá requerer a equiparação da remuneração.

Acerca do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

- 92 Compete ao CNJ eleger os órgãos diretivos do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região bem como dispor sobre competência e funcionamento dos órgãos jurisdicionais e administrativos desse tribunal.
- 93 O presidente do tribunal competente que, por ação ou omissão, retardar a regular liquidação de precatório cometerá crime de responsabilidade.
- 94 Os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região que cometam crimes de responsabilidade serão processados e julgados originariamente pelo STF.
- 95 Cabe ao STJ processar e julgar originariamente os conflitos entre a União e os estados.
- 96 Compete à justiça federal julgar processos em que a União seja autora, ré ou assistente, inclusive os decorrentes de acidente de trabalho.

A respeito da organização político-administrativa dos entes federados, julgue os itens que se seguem.

- 97 É competência comum da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal legislar sobre normas gerais de licitação para a administração pública direta.
- 98 Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação.
- 99 Os recursos minerais, incluídos os do subsolo, são bens da União.
- 100 Em regra, é vedado aos entes federados estabelecer aliança com representantes de cultos religiosos ou igrejas.

Com relação à administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue os itens a seguir.

- 101 O Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, um órgão classificado como autarquia em regime especial, integra a administração indireta da União.
- 102 Administração direta remete à ideia de administração centralizada, ao passo que administração indireta se relaciona à noção de administração descentralizada.

No que diz respeito a organização administrativa, julgue os itens que se seguem.

- 103 A administração pública, em seu sentido subjetivo, compreende o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas incumbidos de executar as atividades administrativas, distinguindo-se de seu sentido objetivo, que se relaciona ao exercício da própria atividade administrativa.
- 104 Órgão público é ente despersonalizado, razão por que lhe é defeso, em qualquer hipótese, ser parte em processo judicial, ainda que a sua atuação seja indispensável à defesa de suas prerrogativas institucionais.

Com referência aos poderes administrativos, julgue os itens subsecutivos.

- 105 Em regra, o poder regulamentar é dotado de originariedade e, por conseguinte, cria situações jurídicas novas, não se restringindo apenas a explicitar ou complementar o sentido de leis já existentes.
- 106 Como todo ato administrativo, o poder de polícia encontra limites na lei: por exemplo, no que se refere a sua finalidade, se o poder de polícia violar o princípio da predominância do interesse público sobre o particular, o ato poderá ser anulado, ensejando a responsabilização da autoridade no âmbito civil, penal e administrativo.

Com relação ao controle e à responsabilização da administração, julgue os itens seguintes.

- 107 O direito fundamental de petição, estabelecido expressamente na Constituição Federal, é um instrumento de controle administrativo: ele assegura aos indivíduos o direito de expor e requerer junto aos órgãos públicos.
- 108 Não existe na Constituição Federal hipótese expressa que determine o necessário esgotamento da via administrativa para se recorrer ao Poder Judiciário, devido ao princípio da inafastabilidade da jurisdição e à determinação de que a lei não excluirá a apreciação pelo Poder Judiciário de lesão ou ameaça de direito.



Considerando as Leis n.ºs 8.112/1990, 8.429/1992 e 9.784/1999, normas nacionais que regulam o direito administrativo, julgue os itens subsecutivos.

- 109 Em razão da abrangência protetiva da Lei de Improbidade Administrativa, as ações principais para a apuração de atos de improbidade administrativa podem ser propostas por brasileiro nato ou naturalizado, pelo Ministério Público e pela pessoa jurídica interessada.
- 110 Recurso e revisão, instrumentos que permitem o reexame de fatos e provas juntados no processo administrativo, se diferenciam quanto à possibilidade de agravamento da situação do processado: no julgamento do recurso, o órgão competente não agravará a situação do recorrente; na revisão, há expressa determinação legal que permite o aumento da sanção imposta.
- 111 **Situação hipotética:** Sérgio, aprovado em concurso público, foi nomeado em vinte de outubro de 2015. Um ano e dois meses depois, após ter sido aprovado em outro concurso público, entrou em exercício no novo órgão público no dia quinze de janeiro de 2017. No entanto, durante o estágio probatório, ele se arrependeu da nova investidura e decidiu retornar ao cargo que havia ocupado anteriormente. **Assertiva:** Nessa situação, Sérgio terá direito a retornar ao cargo anteriormente ocupado em virtude do instituto da recondução.

A respeito dos agentes públicos, julgue o item seguinte.

- 112 Para que pessoas físicas que colaboram com o poder público sejam consideradas agentes públicos é necessário que elas, obrigatoriamente, tenham vínculo empregatício com a administração pública e sejam por esta remuneradas, como ocorre, por exemplo, com os leiloeiros, tradutores e intérpretes públicos.

Julgue os próximos itens, relativos a conceitos de informática e ao sistema operacional Windows 8.

- 113 No Windows 8, apenas os arquivos localizados nas pastas Documentos, Músicas, Imagens, Vídeos e Área de Trabalho e os arquivos do OneDrive disponíveis *offline* no computador podem ser copiados pelo Histórico de Arquivos.
- 114 Para fechar um aplicativo no Windows 8, é suficiente utilizar o atalho constituído pelas teclas  e .
- 115 Em um sistema de computação, um bite é composto de oito bytes e corresponde à menor unidade utilizada para representar os dados e informações.

Acerca da edição de textos, planilhas e apresentações no ambiente Microsoft Office 2013, julgue os itens subsequentes.

- 116 No Excel 2013, a fórmula =RAIZ(SOMA(C5:C15)) apresenta um erro de recursividade, ou seja, uma função não pode ser adicionada dentro de outra função.
- 117 No Word 2013, as barras de ferramentas, que foram projetadas para ajudar o usuário a encontrar rapidamente os comandos necessários para o cumprimento de sua tarefa, podem permanecer de forma oculta, dependendo da configuração do aplicativo.
- 118 Em uma tabela produzida no Word 2013, por meio do botão Bordas, localizado na guia Design, em Ferramentas de Tabela, é possível inserir diversos tipos de bordas, como, por exemplo, borda inferior, borda superior e borda diagonal, desde que o texto esteja selecionado.
- 119 No Excel 2013, as células, assim como as planilhas, podem receber nomes, que poderão ser utilizados durante a referência.
- 120 No PowerPoint 2013, é possível salvar um arquivo no formato de Apresentação de Slides do PowerPoint, o qual possuirá a extensão ppsx.